

“EU SOU UMA MENINA”: PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA URBANA

Larissa Ferreira Nunes

Doutoranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, larissafnpsico@gmail.com;

João Paulo Pereira Barros

Professor orientador: Doutor em Educação, Universidade Federal do Ceará - UFC, joaopaulobarros07@gmail.com.

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é discutir sobre a interface entre performatividade de gênero e violência urbana no cotidiano de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional. Tal problematização surge a partir de uma pesquisa de mestrado, sendo levada para o doutorado. Utiliza-se da cartografia como ethos de pesquisa-inter(in)venção. A entrevista narrativa foi a ferramenta de co-construção de dados, em que 3 adolescentes narraram sobre suas trajetórias e dentre isso, aglumas falas versam sobre a performatividade de gênero, em especial ao transitarem entre o feminino/masculino. A análise se deu pela pista analítica da cartografia. Dentre as diferentes interpelações que a violência urbana ocasiona aos seus processos de subjetivação, a sobreposição do gênero, sexualidade e geração (idade) fecundam maneiras de agir, estar e de serem reconhecidas socialmente, com destaque para os modos como agem em seus relacionamentos afetivos e em “facções” criminosas, assim como também na forma que são tratadas, sobretudo em privação de liberdade. As “cabrões”, como são enquadradas, são adolescentes que desestabilizam a hegemonia do “sistema” colonial, heteronormativo, patriarcal e branco ao não performarem o gênero normativo imposto. De forma hierárquica

e dicotômica, ontologicamente esses corpos dissidentes são enquadrados em vidas a-bjetas, o que contribui para formulações de necropolíticas genderizadas a que estão submetidas. Além disso, os processos de subjetivação das “cabrões” parecem seguir um modelo hegemônico de masculinidade como tentativa de reconhecimento e exercício de poder nas “facções”.

Palavras-chave: Gênero, Violência urbana, Socioeducação, Performatividade de gênero, Masculinidades.

Introdução

Este trabalho tem como campo de problematização as transformações da violência urbana e a performatividade de gênero de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de meio fechado na cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Para isso, o gênero aqui é entendido como uma categoria de análise para as relações de poder-saber-Subjetivação na fundação e sustentação de relações sócio-político-institucionais brasileiras (GOMES FILHO *et al.*, 2021).

Tal problemática nasce a partir das entrevistas feitas com adolescentes privadas de liberdade na pesquisa de mestrado da autora intitulada “Quando vi, tava envolvida”: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade, a partir do surgimento da performatividade de gênero de algumas jovens, sentindo-se interpelada, interface entre violência urbana e gênero são levados como problemática de pesquisa para o doutorado sob o título “Envolvidos”: violência urbana, gênero e performatividade de gênero nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade. Ambas as pesquisas fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e também do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES-UFC), grupo este coordenado pelo professor e Doutor João Paulo Pereira Barros.

Outrora, o interesse em estudar os efeitos psicossociais da violência nas trajetórias de vida de adolescentes e jovens mulheres surge pela inserção da autora no campo da socioeducação, do aumento de privação de liberdade e dos assassinatos destas no cotidiano cearense (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). Uma das dinâmicas que tem corroborado para esse aumento (privação e assassinato) se deve as transformações sociais do crime no Ceará, sobretudo com o incremento e fortalecimento das facções criminosas e, como resposta, o avanço de políticas punitivos penais estatais (BARROS *et al.*, 2019). Além disso, também pela invisibilidade que ainda é dada aos estudos de adolescentes, violência urbana e socioeducação (MARTINS, 2016; PANTOJA; LOPES DE OLIVEIRA, 2018).

Especificamente referente as tramas da violência no Ceará, a partir do que foi contextualizado, com a chegada das facções (Comando

Vermelho e Primeiro Comando da Capital) e surgimento da Guardiões do Estado (GDE), e sobretudo com o fortalecimento destas dentro e fora das instituições de privação de liberdade, a narrativa do envolvimento tem sua gênese (NUNES, 2020). Quando um jovem é assassinado ou preso de imediato supõe-se que isso ocorreu devido ao seu suposto envolvimento com o tráfico de drogas ou com facções, então, ocorre o enquadramento de envolvido/a (BARROS *et al.*, 2019). Envolvido é então uma atualização do dispositivo da periculosidade e do “mito da classe perigosa” (COIMBRA, 2001). Utilizamos, então, “envolvide” na tentativa de romper com a linguagem binarista e seguindo uma das marcações possíveis apontada Schwindt (2020), o uso do “e” ao invés dos artigos “a” e “o”, a qual apesar de suas limitações, propõe uma ruptura ao colonialismo linguístico ao tentar produzir uma neutralidade linguística em relação a imposição de gênero na linguagem.

Diante disso, tem-se como objetivo discutir sobre a interface entre performatividade de gênero e violência urbana no cotidiano de adolescentes a quem se atribui o cometimento de ato infracional. As discussões feitas partem de perspectivas da Psicologia Social que versam sobre juventudes e violência urbana em diálogo com feminismos (negro, decolonial e transfeminismo), estudos pós-estruturalistas acerca do gênero e da sexualidade e críticos à colonialidade. Dentre as principais noções teóricas, destaca-se gênero é uma relação social, de base colonial, que constitui aqui que nós entendemos como homens e mulheres (SCOTT, 1995; LUGONES, 2014; FOUCAULT, 2014), performatividade de gênero (PRADO, 2016; BUTLER, 2018) e de masculinidade(s) hegemônica, entendida como modelo(s) e, pensada a partir da globalização, a qual traz impactos as formas como o mundo e os gêneros se organizam e como este último organiza o mundo (VALENCIA, 2010; CONNELL, 2014, 2016). Formulações estas que contribuem para a análise do imaginário da estruturação do gênero e das masculinidades.

Faz-se importante apontarmos que ao falarmos de masculino e feminino estamos nos referindo aos signos, discursos e formulações institucionais acerca do gênero e sexualidade (FOUCAULT, 1998). Socialmente, as mulheres, assim como os homens também quanto a masculinidade, são produzidos a partir de modos de subjetivação que enquadram a partir do saber biológico homem e mulher como diferentes, em que moldes colocam o feminino a idealização de sexo frágil, dócil e devido sua “função” reprodutiva, como cuidadoras e do

lar (MAYORGA, 2013). Além disso, segundo Souza (2015), a construção de gênero, que subalterniza as mulheres nas relações sociais, além de estar presente na dinâmica do tráfico, está, também, na criminalização destas. Sendo assim, as mulheres, sobretudo mulheres negras ou as existências que são constituídas pelos processos de genderização e feminização, estão em maior condição precária de vida (GONZALEZ, 1984; CARNEIRO, 2011; SOUSA; NUNES; BARROS, 2020).

As seções a seguir estão divididas em: apresentação da cartografia como *ethos* de pesquisa-intervenção, resultados e discussões com os principais achados teóricos e empíricos e, por fim, as considerações finais em que apontamos a violência urbana, as relações interpessoais e os atos performáticos de gênero das adolescentes como constituídos por uma masculinidade hegemônica produzida regionalmente, a qual encontra nos *modus operandi* das facções criminosas espaço de sustentação.

Metodologia

Essa pesquisa é um desdobramento da intersecção entre o mestrado e doutorado da autora, visto que a partir da inserção de campo e das entrevistas com as adolescentes foi possível acessar o coletivo de forças em que jovens, que não se enquadram no que se entende como feminino e nem no masculino, mas fronteira entre eles, formulam seus modos de ser, agir, de estar no mundo e de busca por reconhecimento social. Por isso, a partir de algumas entrevistas da dissertação do mestrado e do aprofundamento teórico acerca do gênero e performatividade de gênero no doutoramento, desdobramos nesse capítulo discutir a interface entre violência urbana e performatividade de gênero das três adolescentes que em suas entrevistas apresentam uma certa transição entre masculino e feminino.

Diante disso, elegeu-se a cartografia como tipo de pesquisa-intervenção para acompanhar as relações de poder-saber-Subjetivação em torno da performatividade de gênero por parte das participantes. Para isso, articula-se pistas do método da cartografia apontadas por Passos, Kastrup e Escóssia (2010) e Passos, Kastrup e Tedesco (2014) as críticas apontadas pelos feminismos, sobretudo o feminismo negro, para construir assim uma pesquisa-inter(in)ventada. Portanto, entendemos, pesquisar como uma atitude que interroga a performatividade de gênero em seu processo de constituição, trazendo, assim, para o

campo de análise. Para tanto, dentre as dez entrevistas narrativas (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013) feitas no mestrado, três adolescentes trouxeram em suas narrativas essa relação fronteira entre masculino e feminino, portanto, essas entrevistas foram eleitas para esse trabalho. Marta, Paul e Lorin, participantes da pesquisa, as quais se auto-intitulam e são reconhecidas como “cabrões” por se vestirem com roupas frouxas, em geral, terem cortes de cabelo curto, se relacionarem com mulheres “femininas” e performatizarem atos com maior impacto, com o intuito de serem fortes e temidas, na tentativa, sobretudo, de exercerem poder dentro e fora da instituição de privação de liberdade.

A análise ocorreu sob a égide da cartografia, em que esse processo analítico ocorre por uma inter-relação entre pesquisadora e participantes que permite desnaturalizar, desuniversalizar e horizontalizar o processo da pesquisa e seu “objeto” (BARROS; BARROS, 2014). Além disso, a partir da inserção nos campos de gênero, a partir dos feminismos, utiliza-se como base tais epistemologias como correntes analíticas das cenas narradas pelas jovens. Para fins didáticos, os resultados e discussões estão divididos em três cenas, são eles: o rompimento do binarismo de gênero a partir da performance de gênero; a forma como se comportam em relacionamentos afetivo-sexuais com mulheres, bem como a percepção objetificante de suas companheiras, e; o uso dos gêneros como estratégias de resistência frente as violências institucionais e de gênero.

Resultados e discussão

Embora previamente ter escolhido o centro socioeducativo feminino, ao adentrar na instituição e deparar com jovens que não se identificam com o gênero designado ao nascer e, não necessariamente com o gênero oposto, borrando assim a fronteira da sexualidade dicotômica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), contribuiu a essa autora a indagar essa problemática nos estudos psicológicos. Na psicologia, o discurso sobre gênero nesse campo é heterogêneo, sendo portanto constituído por diferentes epistemologias, recebendo também influências dos estudos e dos movimentos feministas (NOGUEIRA, 2017). Nesse sentido, gênero é entendido como um constructo social, em que, segundo Butler (2018), gênero é construído por signos, gestos e normas culturais que produzem e retroalimentam um corpo masculino

e outro feminino, portanto trata-se de performar o gênero. Por isso, a autora diz que gênero é um ato performativo. Prado (2016), ao analisar a noção de performatividade de gênero apresentada por Butler, coloca em outras palavras, que gênero seria a construção de um conjunto de atos que dizem estar em conformidade com normas sociais dominantes, tendo esses atos uma função performativa de produção dos indivíduos e subjetividades.

“É, depende do momento. Muitas vezes é masculino”, responde Lorin ao perguntá-lo se preferia ser chamado de ele ou ela já que ao falar de si pronunciava no masculino. Paul e Marta também ao pronunciar a si, ora falavam “o cara”, ora no artigo feminino. É importante salientar que o gênero exerce uma função importante no enquadramento de humanidades, a qual Paul, Lorin e Marta rompem ao exercerem atos performativos distintos aos da norma social vigente (BUTLER, 2018). Os marcos de reconhecimento e telegibilidade humana são importantes fatores analíticos para sabermos que vidas estão assujeitadas as expressões necropolíticas cearenses, em que até seu assassinato não é digno de comoção pública (BUTLER, 2016, 2019).

Lorin, Paul e Marta (nomes fictícios) são “envolvides” que compõem essa pesquisa visto que a partir de suas narrativas desestabilizam os sistemas que produzem o gênero e, a privação de liberdade exerce uma função subjetiva nos modos de ser e de ser reconhecido para as participantes, afinal, cabrões, assim performam seus gêneros, reiterando seus próprios modos de ser e de exercer poder na instituição de privação de liberdade. É sabido que em unidades de privação de liberdade femininas é comum a presença de mulheres lésbicas, popularmente estereotipadas como “sapatão”, “caminhoneiras”, “macho fêmea” e até mesmo erroneamente “mulher que quer ser homem”. Discursos que permeiam as instituições de privação de liberdade e que moldam os processos subjetivos daqueles que têm o gênero fluído, transitam entre um e outro, rompem com o ideal do feminino (BARCINSKI, 2012; CORDEIRO, 2017). Em que, de acordo com Connell (2016) o gênero é feito em condições sócio-comunitária e regionalizada, sendo assim, ao estar em condição de privação de liberdade e ao fazer parte de facções, entende-se estes como dispositivos de produção de subjetividades.

Uma vez escutei da transfeminista Helena Vieira, ao analisar o universalismo, que a masculinidade, a heterossexualidade e até mesmo

a branquitude, correspondem a marcadores não marcados em que parecem não ter gênero, raça, etnia, pois são vistos como neutros. Isso quer dizer que o masculino branco e eurocentro são consideradas como sujeitos universais, mas para ela, estar em entrelinhas que aquilo que tomamos como universal é a imposição do gênero como marcador social e ontológico de humano em que há uma organização política e social que o mundo foi organizado a partir do homem, por meio de uma posicionamento binário e hierárquico. Por exemplo, a sexualidade, ela foi uma das ferramentas de diferenciação entre civilizados e sujeitos animalizados (índios e escravos) no período colonial. Segundo Quijano (2009), vivemos uma permanência da dominação colonial, posto que a partir da colonialidade do poder, do ser e do saber, em que enquadra sujeitos, saberes e verdades como corretas (advindas do norte global) e subalterniza as demais, o colonialismo se perpetua e sofre processos de atualização, como atualmente o neoliberalismo. Ademais, Lugones (2014), acrescenta ainda nessa estruturação político-social a colonialidade de gênero também como ferramenta estruturante da colonialidade no sistema mundo moderno e colonial que vivemos atualmente.

No Brasil, país fundando em sua história colonial, observa-se em sua constituição o gênero como estruturante das relações sócio-político-econômicas, de maneira que este se embasa em uma noção dicotômica (macho x fêmea ou humano x não humano), eurocêntrica, antropocêntrica que ontologicamente divide o mundo em categorias hierárquicas, atômicas e homogêneas. Assim, o gênero opera não somente como um dado ontológico, mas também como um mecanismo de poder mediante o qual a vida é produzida e reconhecida como vivente ou não (BUTLER, 2018). Portanto, aquelas vidas que não se enquadram nas normas hegemônicas de gênero, são destituídas dos marcos de reconhecimento, são vidas inteligíveis a nível social (BUTLER, 2019). Isso são análises que permitem-nos entender o motivo de determinados corpos estarem em maior números de mortos, privados de liberdade, sobretudo os que interseccionalmente tem sobreposições sociais e identitárias (LIMA, 2018; SOUSA; NUNES; BARROS, 2020).

Outro ponto que apresentamos são as próprias expressões e performatividade do gênero que tem efeito nas formas de ser e se reconhecer no mundo. Por exemplo, Paul ao se apresentar, usa seu nome no masculino, (Paulo, enquanto no seu nome de registro é

Paula), mas ao falar de sua maternidade não se vê como pai, nem como mãe, mas como sujeito que tem um filho. Desse modo, reiteram por atos performáticos que definem, mantêm e reinventam seus modos subjetivos entrelaçados ao gênero e sexualidade. Mas que, ao se aproximarem de ações e comportamentos do “universo” masculino, entendemos que apesar de desnaturalizar e desuniversalizar a heteronormatividade cisgênera, Paul, Marta e Lorin exercem falas, gestos, signos sociais e identitários, essa fluidez acaba por performar o masculino, permite supor que há uma certa internalização dos machismos e percepção de seus modos de subjetivação voltados para uma “masculinidade hegemônica” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) que se relaciona com a violência urbana em que o homem “cabra macho”, para permanecer em sua posição de poder deve exercer determinados comportamentos, os quais as facções são locais possíveis de seu exercício (SOUSA, 2019).

Além disso, segundo Valencia (2010) há em exercício uma ordem masculinista que atua em contexto de desigualdade social, em políticas de estados autoritárias e de base colonial (neo-facistas) e com a presença marcante do narcotráfico. Ao fazer a leitura das práticas de governo e da atuação dos narcotraficantes no México, segundo a autora, ambas são possíveis devido a uma ideia arbitrária de masculinidade hegemônica que deve ser cotidianamente reiterada e que

tem implicações políticas, questões econômicas e sociais que estão atualmente levando um grande número de vidas por causa da lógica masculinista no desafio e na luta pelo poder e que, se for mantida, legitima a classe criminoso como sujeitos de pleno direito na execução da violência como um dos principais slogans a serem cumpridos nas demandas de masculinidade hegemônica e machismo nacional. (VALENCIA, 2010, p. 96)

A presença da desigualdade social, do baixo investimento em políticas sociais, de grupos criminosos e do militarismo como resposta estatal, expressam o que Valencia (2010) denominou de capitalismo *gore*, a qual refere-se a uma variante do capitalismo, re-escrita pela necropolítica, exercida pelo Estado e pelo narcotráfico, caracterizada pela centralidade de transformação da violência e do derramamento de sangue explícito em práticas rentáveis ou como possibilidade de auto afirmação, sobretudo como ferramenta do necroempoderamento.

As novas dinâmicas da violência urbana no Ceará, as quais subjativam Paul, Marta e Lorin, aparecem como uma consequência desse capitalismo *gore*, contribuindo ainda para o constructo de uma masculinidade que deve exercer monstruosidade para autoafirmar-se como visto nas torturas seguida de morte de adolescente e jovens mulheres (NUNES, 2020).

A segunda cena que nos refere-se à forma como os relacionamentos afetivo-sexuais são semelhantes aos heterossexuais, em que a mulher é objetificada, em que nos encontramos é Marta que quer pagar a conta e “banciar” (pagar) os luxos como roupas e salões da “mina” (namorada) que se relaciona e que essa não cometa os mesmos atos ilícitos, como se existisse mulher para se relacionar e mulher para curtir, sendo a que é mais “comportada” por não colocar sua vida em risco na criminalidade, a possível de relacionamento. Na análise de Barcinski (2012), também foi identificada a ascensão de mulheres e a reprodução do machismo por parte delas, oprimindo outras mulheres. Em suas palavras, Marta:

Tipo, eu namoro... que eu fico... eu não gosto de ficar com essas menina assim que é envolvida também. Eu pego mais as menina que sabe... que não é envolvida, aí as mãe dela “soltam essa menina réa, envolvida e tal, já foi presa”. Tá dizendo nada, elas gostam mermo assim (risos) [...] Nam, porque não. Eu vou pegar igual eu é? Tem que pegar umas diferentes. (Risos). Porque eu tenho as minhas amiga num é envolvida não, é tudo patricinha, filha de papaizinho, eu saio com elas aí pronto, conheço outras amigas e elas não, assim que elas me vê elas não pensam que eu já fui presa, que num sei o que. Aí depois sabem, mas querem mermo assim. [...] num vende droga, não é facçãoada. Que lá no bairro a maioria é. Num tem muita facção não, tipo, simpatizante é a mesma coisa.

São pensamentos semelhantes aos dos homens na pesquisa de Sousa (2019) sobre as periculosidades da violência no Ceará, em que, para o autor, as facções são locais em que uma certa masculinidade são reiteradamente realocadas como hegemônicas por manter o homem como *status quo*, viril, forte e perigoso. Ao performar os mesmos comportamentos, além de seus gêneros e orientação sexual, buscam relações poder e reconhecimento dentro das facções visto que quanto mais próximo do “cabra macho”, quanto mais a atitude

cruel e mais vista como “perigosa” pela polícia essa pessoa, mais reconhecimento dentro das facções tem. A última cena que apresentamos, refere-se ao episódio apresentado por Lorin ao narrar seu cotidiano ao vender drogas no bairro em que reside. Segue a narração:

Uma vez eu fui pra praça, aí eu sabia que eles ia parar, mas mesmo assim que eles não iam parar, mas alguma coisa me disse que ia parar. Eles passaram assim olhando, aí eu só de cabeça baixa, aí na hora que dobrei eles pararam o carro ‘bora para aí, mão na cabeça’. Eles pensavam que eu era um menino, aí eu ‘não policial, eu sou uma menina’. Aí eles só perguntaram se eu tinha passagem, eu disse que tinha, e quantos anos eu tinha, aí me liberaram.

Não quero focar nessa questão de revista policial, se policiais homens podem fazer revista em mulheres, posto que é um tema ambíguo e há um certo tabu sobre. Quero aqui focar como Lorin, assim como Paul e Marta, se utilizam dessa fluidez de gênero como estratégias de sobrevivência, em que o momento em que utilizar-se do feminino como sujeito subalterno pode contribuir para que estes exerçam seus papéis no tráfico, já que como disse-nos Lorin, ao contrário dos homens, não precisa nem esconder a droga na areia pois a polícia quando para não revista. Isso tem contribuído, inclusive, para que as facções convidem cada vez mais mulheres e sujeitos que se utilizam da feminilidade, para adentrar o tráfico de drogas para fins de manter o mercado ativo.

Outrora, Lorin também disse que quando a polícia bate neles, é percebido que em homens os policiais não demonstram a mesma intensidade ao baterem em mulheres, em suas palavras: “Às vezes nem tanto, mas tem menina que eles pega. Tipo uma vez, uma menina nas minhas áreas, cai ela e o elemento. [...] a menina levou uma *pea* pra um. Levou foi chute e murro de dois policiais. O elemento levou só um murro e um chute”. Na perspectiva de Ângela Davis (2018), a violência institucional e de gênero ocorre de maneira simultânea, posto que a mulher que comete crime “viola” a moral e “nega” a subjugação feminina. No caso de Lorin, Paul e Marta, seria uma violação moral, negação à subalternidade e uma tentativa de romper a hegemonia do patriarca ao considerar para si exercer tal performática de poder.

Essa violência é ainda pior quando a dissidência de gênero está intrínseca, o Brasil é um dos países em que mais mata pessoas dissidentes de gênero e sexualidade (GOMES FILHO *et al.*, 2021), mortes e produções de discursos e zonas mortíferas que genderizam a necropolítica brasileira, como aponta Sagot (2013) ao falar de necropolítica de gênero. Há, nesse sentido, uma violência de gênero que violenta ainda mais sujeitos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Transexuais, Bissexuais, *Queer*, Intersex, Assexuado e demais identidades político-existenciais que se coloquem como dissidentes) (LIMA, 2018; GRUPO GAY DA BAHIA, 2020; GOMES FILHO, 2021).

Considerações finais

Apresentamos aqui o acompanhamento dos processos subjetivos de adolescentes que apesar de não se reconhecerem no feminino ou masculino e sim transitarem entre esses sistemas de gênero, observamos que cabrões acabam por performar comportamentos, signos e discursos de bases masculinistas. Essa análise foi possível a partir das três cenas utilizadas como ferramentas analíticas acerca da performatividade de gênero de Paul, Lorin e Marta, foram: o uso do corpo e do nome social como forma de romper o binarismo de gênero imposto pela colonialidade de gênero; a contínua reprodução de atitudes machistas nos relacionamentos afetivo-sexuais, e; a possibilidade de transitar entre o universo masculino e feminino como estratégia de sobrevivência, ora para fugirem da violência institucional genderizada, ora para conquistar poder e reconhecimento dentro e fora da instituição de privação de liberdade.

Também foi discutido como esses corpos, interseccionadamente marcados, são destituídos de humanidade, não são passíveis de luto e são enquadrados em vidas abjetas, o que contribui para tornarem-se alvos da gestão da vida e produção da morte genderizada (necropolítica de gênero). Desse modo, é necessário que a psicologia, em que tem a subjetividade como objeto de estudo, dispute os estudos sobre gênero e sexualidade, visto que essas categorias são fundantes e de manutenção do sistema moderno e dos marcos ontológicos de reconhecimento social. Por fim, salientamos que essas formulações ainda serão aprofundadas ao longo do doutoramento, mas que por hora, temos como hipótese em que há, por parte de Marta, Paul e Lorin, uma tentativa de serem reconhecidas socialmente e de alcançarem

uma posição nos grupos criminosos de auto afirmação e posse de poder diante os demais a partir da performatividade de gênero com base na masculinidade hegemônica.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará por impulsionar seus alunos ao campo de pesquisa e docência. Em especial a orientação e confiança durante esse percurso, João Paulo, obrigada. Também agradeço ao apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela bolsa de Mestrado e agora Doutorado.

Referências

BARCINSKI, M. Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de “transformar em homem” na prisão, **Psico-USF**, v. 17, n. 3, p. 437-446, 2012.

BARROS, J. P. P., *et al.* Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista de Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 475-488, 2019. BARROS; L. M. R.; BARROS, M. E. Pista da Análise: O problema da análise em pesquisa cartográfica. In: **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. PASSOS, Eduardo.; KASTRUP, Virgínia.; TEDESCO, Silvia. (Org.). Porto Alegre – RS: Sulina, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 16ª ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2018.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro. 2011.

COIMBRA, C. **Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas**. Rio de Janeiro: Intertexto. 2001.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Ver. Est. Fem.**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2005.

CONNELL, R. Questões de gênero e justiça social. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, v.4, no 2, p.11-48, 2014.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Inversos, 2016.

CORDEIRO, F. Criminalidade, gênero e sexualidade em uma penitenciária para mulheres no Brasil. **Trivium: Estudos Interdisciplinares**, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2017.

DAVIS, A. Y. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GOMES FILHO, A. S. *et al.*, E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da ciminhabilidade no Brasil. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 7, n. 1, p. 276-297, 2021.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil 2019. **Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 2020. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>> Acesso em: 05 set 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244. 1984.

LIMA, F. Sobre dores, saudade e (re)existências. **Cadernos de gêneros e diversidade**, Dossiê: Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

LUGONES, M. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. *In: MIGNOLO, W. et al. Gênero y descolonialidad*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.

MARTINS, R. M. **As meninas que cumprem medida de internação: uma interface entre gênero e proteção integral do sistema socioeducativo**. 2016. 95 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MAYORGA, C. *et al.*, As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, p. 463-484, 2013. NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia: Editora Devires. 2017.

NUNES, L. F. **“Quando vi, tava envolvida”**: atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade. Dissertação. (Mestrado em psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2020.

PAIVA, L. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019.

PANTOJA, D.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. Infração juvenil feminina e socioeducação: um enfoque cultural e de gênero. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v. 18, n. 1, 2018. PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L. (Org). **Pistas do método da cartografia**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Orgs.). **Pistas do Método da Cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum – Volume 2**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PRADO, J. L. A. A política do performativo em Butler *In*: GREINER, C. (org.). **Leituras de Judith Butler**. São Paulo: Annablume do corpo. 2016. p. 15-35.

QUIJANO, A, Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. V.; MENESES, M. P. (Orgs.), **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista da Abralin**. v. 19, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1709>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SOUSA, M. J. S. S. **As peculiaridades da violência no Ceará:** aventuras e maneiras de fazer o crime. 2019. 159f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SAGOT, M. El feminicidio como necropolítica en Centroamérica. **Labrys, études féministes**, 2013. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>>. Acesso em: 9 agos. 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & realidade**, v. 10, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. B.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femigenocídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

SOUZA, M. E. M. C. S. S. **As mulheres e o tráfico de drogas:** linhas sobre os processos de criminalização das mulheres no Brasil. Dissertação de mestrado. Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, Brasil. 2015.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. **Pistas do método da cartografia:** a experiência da pesquisa e o plano comum vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 92-127.

VALENCIA, S. **Capitalismo gore.** (Col. Monografías Del Museo). Espanã: Melusina. 2010.